Publicado em 01/07/2022 - 05:50

Milton Ribeiro pode perder título na Câmara de Santos

CIDADÃO SANTISTA. Pedido de revogação precisa de somente duas assinaturas

Ribeiro ainda pode perder título

Permanece em trâmite na Câmara de Santos, até conseguir as 11 assinaturas necessárias, o processo para colocar em pauta a reabertura da cassação do título de Cidadão Santista ao ex-ministro da Educação Milton Ribeiro. Até agora, segundo apurado pelo Diário, nove vereadores e vereadoras assinaram o documento.

Em tese, se o número for atingido, significa que quando entrar em votação já terá a maioria necessária para revogar a honraria, já que a Casa possui 21 vereadores e o presidente, vereador Adilson Júnior (PP), só vota em caso de empate. Mas pode ser que quem assinou mude de ideia e seja contra a revogação.

Os vereadores assinantes são Benedito Furtado e Edivaldo Fernandes Menezes, o Chita (PSB), Telma de Souza e Chico Nogueira (PT), Zequinha Teixeira e Audrey Kleys (PP), Augusto Duarte (PSDB), Rui De Rosis (União Brasil) e Débora Camilo (PSOL).

A Reportagem também descobriu que a resistência em não assinar o pedido de cassação do título do ministro por alguns parlamentares santistas seria porque Ribeiro seria apenas alvo de denúncias e não teria sido processado e condenado pela Justiça.

O ex-ministro protagoniza o penúltimo escândalo envolvendo o governo do presidente Jair Bolsonaro (PL): supostas irregularidades e crimes praticados na destinação das verbas do Ministério da Educação (MEC) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

O último refere-se a queda do presidente da Caixa Econômica Federal (CEF), Pedro Guimarães, acusado por funcionárias de praticar assédio sexual.

A questão envolvendo Ribeiro já possui 32 assinaturas necessárias para abertura de uma nova Comissão Parlamentar de Inquérito no Senado, já conhecida como CPI do MEC.

À frente dela está o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), líder da oposição na Casa. O pedido cumpriu os requisitos necessários e instauração do colegiado, no entanto, aguarda aval do presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Milton Ribeiro e os pastores envolvidos estão sendo acusados de corrupção passiva, prevaricação, advocacia administrativa, tráfico de influência.

O crime de tráfico de influência tem pena prevista de dois a cinco anos de reclusão; corrupção passiva, dois a 12 anos; prevaricação três meses a um ano de detenção; e advocacia administrativa, um a três meses.

NAIR BUENO/DIÁRIO DO LITORAL

Ex-ministro chegou a ser preso e está sendo investigado pela PF

Furtado, Chita, Telma de Souza, Chico Nogueira, Zequinha Teixeira, Audrey Kleys, Augusto Duarte, De Rosis e Débora Camilo assinaram o pedido

STF.

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu decretar sigilo no inquérito que apura suposta interferência do presidente Jair Bolsonaro (PL) na investigação. A ministra Cármen Lúcia, que é relatora, deve pedir uma manifestação da Procuradoria-Geral da República (PGR) sobre o caso, que foi devolvido ao STF após a Polícia Federal (PF) e o Ministério Público Federal (MPF) apontarem indícios de que o presidente pode ter atuado para atrapalhar as investigações. Segundo o MPF, há indícios de que Bolsonaro alertou o Ribeiro de que ele poderia ser alvo de busca e apreensão.

Por causa do foro privilegiado do presidente, o Supremo terá que analisar se a investigação deve seguir no Tribunal ou será devolvido para a primeira instância.

Conforme publicou a Folhapress, a PF confirmou 63 hospedagens de pastores ligados a Ribeiro em um hotel de Brasília usado por eles como QG para negociações de verbas federais com prefeitos.

Em março, os pastores próximos do presidente e do ex-ministro usavam o Hotel Grand Bittar para receber prefeitos e assessores e negociar liberação de recursos do FNDE.

Os recursos eram pagos de maneira mais rápida pois não seguiam o protocolo habitual, que envolveria assinaturas de termos de compromisso e contratos.

Os primeiros levantamentos apontavam que haviam sido movimentados R$ 9,7 milhões, que beneficiaram 48 municípios entre os primeiros meses de 2021 e a descoberta do escândalo.

Milton Ribeiro foi do MEC, que em três anos já teve cinco ministros, maior rotatividade da Esplanada dos Ministérios.

(Carlos Ratton)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Litoral - Baixada Santista/SP

Seção: Cidades **Caderno:** A **Pagina:** 3

Copyright © Clipclap 2025.